



Anais da Assembleia

Nº 58

CURITIBA, QUINTA, 05 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1975

(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulim, Antonio Faci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sugarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quijse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Adalberto Daros, Egon Pudell, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buf-fara, Muggiati Filho (7).

Verificada a existência do número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o pedido de verificação de quorum, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, requer manifestação do plenário para que seja dado voto de pesar à tradicional família da senhora MARIA DA LUZ FISTAROL, por seu passamento, ocorrido dia 24 de maio último, na cidade de Coronel Vivida, e que seja dado conhecimento à nobre família. A extinta era esposa do Sr. Sireno Fistarol, digno governador de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Junior, apelo no sentido de ser determinada a elaboração de estudos de viabilidade ou mesmo de retificação da estrada que demanda UNIÃO DA VITÓRIA — CRUZ MACHADO — FOZ DA AREIA, este último local da construção da nova usina que está sendo levada a efeito sob a responsabilidade da COPEL.

O percurso da capital do Estado à nova usina (FOZ DA AREIA), via União da Vitória e Cruz Machado, é bem mais curto do que o que é feito por Guarapuava e Pinhão. Por União da Vitória a distância será de apenas 310 km, ao passo que por Guarapuava, além de aumentar em muito a distância, ainda ocorre que o trânsito pela BR-277 é bem mais intenso, portanto com maiores riscos.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., que após ouvido o plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo anexo sob o título, "REGIONAL DA REDE TEM DEMISSÃO", publicado no jornal "Gazeta do Povo", em data de ontem.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Secretário de Segurança Pública, formulando apelo no sentido de determinar a elaboração de estudos de viabilidade para fixar um percentual de dez por cento, do total recolhido das taxas do FUNRESPOL em cada sub-divisão e delegacias no Estado, para cobrir as despesas de manutenção das mesmas.

A precaridade de recursos destinados à conservação das delegacias do FUNRESPOL, não proporcionam àquelas, atuação e eficiência maior, trazendo a população prejuízos, quando poderiam mediante a aplicação do percentual acima referido, dotar a Polícia do Estado de melhores condições materiais para desenvolver e dinamizar o setor da Segurança Pública do Estado do Paraná, sem dúvida um dos mais importantes da Administração, estabelecendo a ordem e disciplina para um perfeito desenvolvimento e entrosamento dos demais setores do Governo, colocando o Paraná em posição de destaque junto as unidades da Federação.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, se oficie à Secretaria do Inte-

rior, Secretaria da Administração e FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, no menor prazo possível, seja autorizada a construção dos dois blocos restantes do Instituto de Educação de MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, sugerindo para que a referida entidade estude as possibilidades de implantar no futebol profissional deste Estado, ingressos populares, das chamadas "Geral".

É evidente que a F.P.F. para atingir tais objetivos deveria proceder junto aos seus filiados da 1ª Divisão, no sentido de que os mesmos reservassem em seus estádios de futebol determinadas áreas, para as quais seriam vendidas as entradas populares ou "ingresso geral".

A medida tem grande alcance social, tendo em conta ser o futebol a principal competição esportiva do nosso povo e permitir assim que, aqueles de menor poder aquisitivo, pudessem comparecer às praças esportivas.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhando ofício ao Sr. Diretor do Detran, sugerido para que seja liberado ao tráfego de veículos o trecho da Avenida Cândido de Abreu, próximo ao Palácio Iguazu e que se acha interditado.

A liberação do referido trecho, entendemos, viria beneficiar em muito o próprio plano viário da cidade e além do mais, nenhum fato realmente importante é capaz de justificar o fechamento daquela parte da Avenida Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja oficiado ao Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- 1 Existe legislação específica que disciplina a instalação de painéis publicitários às margens das rodovias que servem o Paraná?
- 2 Em caso positivo, informar qual.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Jus-

tiça do Estado do Paraná, solicitando urgentes providências para que sejam reiniciadas as obras da construção do Fórum da Comarca de Umuarama.

As obras do referido Fórum estão paralizadas há mais de um ano, resultando em graves prejuízos materiais e, por outro lado, aumenta consideravelmente o movimento de processos da Comarca de Umuarama, uma das mais populosas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar solicitando que, no cumprimento da legislação pertinente, seja determinada a imediata INTERDIÇÃO do prédio de madeira onde se localiza o grupo escolar NILO PEÇANHA, em Vila Nova, na cidade de LONDRINA.

Não obstante enérgica, a medida se justifica em virtude da gravidade da situação e do descaso da administração estadual.

Pois que, Sr. Presidente, a Vila Nova, além de central, é uma das mais populosas da cidade de Londrina, constituindo-se numa verdadeira cidade, dentro da cidade, possuindo inclusive vida própria.

Um único grupo escolar serve a toda a sua população, situando-se em sua rua principal, a Araguaia. Ocorre que essa construção, de madeira e velha de mais de 20 anos, já não oferece as mínimas condições de uso. É velha, deteriorada e imprestável. Na verdade, esse prédio apodrecido e esburacado, está a ponto de ruir, pondo em iminente perigo a vida das crianças que ali estudam e das professoras que lá ensinam. Já houve, inclusive, acidente de natureza grave, com uma professora destruindo o tornozelo em uma das muitas aberturas de seu assoalho, provocadas pelo apodrecimento da madeira.

Os pais e os professores daquela Escola já se cansaram de fazer reuniões, ouvir políticos, rogar e suplicar a autoridades, que prometem soluções que não vêem.

A Câmara de Vereadores já insistiu em pedidos de providências.

Os dois jornais locais já denunciaram, com fotos e fatos, a gravidade do problema.

Inicialmente, a administração estadual exigia a doação de terreno mais amplo e nas proximidades, para construir uma nova escola, com uma verba destinada pela Fundepar, de 500 mil cruzeiros. Mas quem faria a doação, se a obrigação é do próprio Estado? O município de Londrina se dispõe a colaborar, mas o único terreno disponível era três vezes superior aos recursos destinados à edificação do prédio.

Até agora a administração estadual nada fez e ninguém sabe o que é feito daquela verba que, o ano passado, a Fundepar destinaria àquela obra.

Por mais de um ano cerca de 3.000 crianças voltaram às aulas no mesmo prédio, correndo perigo de vida.

Os pais estão temerosos, pois sabem que a integridade física de seus filhos corre risco naquele próprio do Estado. As professoras vivem as mesmas apreensões.

Senão tão grave que o perigo de vida, também é assustador o perigo à saúde, pois que o prédio de madeira do Grupo Escolar Nilo Peçanha, na cidade de Londrina, não oferece atualmente condições de higiene, com seus sanitários entupidos.

Ora, Sr. Presidente, essa situação não pode perdurar numa cidade como Londrina.

As leis devem ser cumpridas e por isso espera-se que a

Secretaria de Saúde e Bem Estar faça cumprir aquela que determina condições mínimas de uso para as construções. Se essa lei vale para o particular, deve valer primeiramente para o próprio Estado, que tem o encargo de a fazer cumprir.

A interdição daquele prédio não prejudicará as atividades escolares das crianças, pois que estas seriam alojadas, de qualquer forma, e nessa emergência, em prejuízos que a própria população se dispõe a ceder. E assim ainda estarão mais seguras do que naquele local. Essa interdição, na verdade, oferecerá de imediato dois resultados benéficos: em primeiro lugar, fará com que o Governo do Estado promova o cumprimento de sua obrigação, que é a construção de um prédio digno e decente para o Grupo Escolar Nilo Peçanha; e, em segundo lugar, porá a salvo a saúde, a integridade física e a vida dos alunos e das professoras.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) OSVALDO MACEDO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Fabiano Braga Côrtes, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem o Sr. Governador Jayme Canet Júnior recebido calorosas manifestações de agradecimento pela implantação do do novo sistema telefônico do município de Faxinal. E as autoridades daquele município solicitam desse Deputado que ocupa a tribuna do povo, agradecesse de público a S. Exa. o Sr. Governador tão importante obra que vem de muito beneficiar aquele progressista município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Agricultura Allison Paulinelli na sua última visita ao Paraná, quando percorreu diversos municípios no interior paranaense, disse Paulinelli da palavra de carinho e profundo agradecimento do Presidente Ernesto Geisel aos produtores paranaenses que responderam com a maior safra do Brasil o apelo governamental no sentido do aumento de produção. S. Exa. ainda prometeu que levará ao supremo mandatário da Nação, a imagem do Governo Jayme Canet Júnior que se antecipou vindo ao encontro dos problemas do Paraná, ressaltando a atuação do Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, até agora o maior produtor de trigo no Brasil fora o Rio Grande do Sul, conquanto no século passado essa liderança coube ao nosso Estado. Esta auspiciosa notícia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje se insere nos Anais desta Casa, precisa ser destacada, com esforço conjugado do Governo e agricultor. Realmente, se o agricultor não sentir que a seu lado está o Governo, com suas técnicas, com sua ajuda, com a sua orientação para melhor boa vontade que ele tem, não poderá alcançar os padrões da técnica moderna, que a produção de hoje exige. Vivemos numa época em que parte do mundo está em foco, e o Brasil pode e deve ser o celeiro do mundo, não só pelas suas terras férteis, mas pelo seu povo trabalhador, pelo seu povo ordeiro. E está assim o Sr. Governador trazendo para visita ao nosso Estado, vários ministros. . .

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado.

A Presidência concederá mais três minutos.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Obrigado. Eu já terminarei . . . trazendo as autoridades federais para ver a pujança do nosso Estado. O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respondeu ao chamamento do Presidente Geisel e continuará prestando o seu ingente esforço no sentido de que o Brasil seja auto-suficiente em trigo, como já é em outros produtos agrícolas.

E é bem verdade que quando Pero Vaz de Caminha na

sua histórica carta ao Reino dizia "aqui em se plantando dá".

Não estava descobrindo milagre, estava cultivando na realidade. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna hoje para prestar uma homenagem muito especial ao nosso companheiro Deputado Gabriel Manoel, nobre representante do Norte pioneiro, cujo estoicismo e espírito de trabalho, ética parlamentar, chega a nos comover. Gabriel Manoel inclusive, tem demonstrado o seu altruísmo, mostrando que os dias que sucederam à revolução de março de 64, percorria os cárceres à procura de companheiros políticos, livrando-os das prisões, numa demonstração de que usava do comando político para ajudar os seus semelhantes. Ex-prefeito de Joaquim Távora, aonde deixou a marca de sua inteligência, da sua honestidade e do seu espírito público, Gabriel Manoel é homem nesta Casa, o símbolo do deputado arenista. Ético, ponderado, fazendo do decoro parlamentar, a sua bandeira nesta Casa.

Revolucionário de primeira ordem ele tem sido ao longo das administrações do Paraná, um colaborador incondicional do ex-Governador. Uma palavra sempre ouvida pelo dirigente deste Estado, uma espécie de conselheiro, para que sejam encontradas as melhores soluções para os problemas de interesse público. E essa atitude do parlamentar, digno, correto, ético, ainda há pouco foi ressaltada com elogios, que de tão altos, chegaram a esta Casa a atitude cortês e delicada do deputado, ao dirigir aos funcionários da Secretaria de Educação e Cultura no momento em que ele levava conselhos e subsídios ao Sr. Secretário Borsari Neto. Pois este nosso companheiro, pelas posições que alcançou em tantos anos de vida pública, pode ser apontado como um verdadeiro técnico em educação e política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta a homenagem que eu desejo fazer, ao trabalhista de antes de 1964, ao arenista de hoje. É a disposição que eu tenho de homenagear este mesmo companheiro, tão solícito, tão preocupado que veio à tribuna desta Casa, pedir a este parlamentar que está falando, para dirigir-lhes desculpas e aos companheiros da Arena.

Só dirigirei desculpas, tanto ao Deputado Gabriel Manoel, como aos seus companheiros desta Assembléia, no momento em que eu puder sentir que o comando político não seja mais um móvel político, uma fórmula encontrada pelos governantes para prejudicar ou eliminar adversários políticos.

Só entenderei o comando político, quando os Srs. Deputados da ARENA provarem que no interior do Estado o funcionário público é respeitado pela sua integridade funcional, pela sua inteligência e não pela sua subserviência ao deputado que hoje é o senhor, o coronel, o comandante político.

Sr. Presidente, era esta a homenagem que queríamos prestar em data de hoje no íntegro, honesto e ético político Gabriel Manoel — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, terceiro orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDU):

"Solicito a transcrição nos Anais desta Casa de matéria de alta relevância publicada na "Gazeta do Povo", em data de ontem. Refere-se a matéria à repercussão que teve a transferência do acervo museológico da Rede para o Estado do Rio Grande do Sul, bem assim a ressonância que tiveram os pronunciamentos nesta Assembléia e na Câmara Federal, com referência à 11ª Regional da RFFSA. Levantamos nossa voz para que o museu permanecesse no Paraná, e assim outros o fizeram, pois se tratava de parte de nossa História. E a Assembléia reivindicou, através das duas bancadas, que seria uma injustiça que se transferisse para outro Estado da Federação. Houve repercus-

são, houve eco de nossas reivindicações, tanto aqui como na Câmara Federal, pelo eminente Deputado Joaquim dos Santos Filho. A imprensa deu a mais ampla cobertura a nossa justa reivindicação.

Os primeiros frutos estamos a colher, através de notícias que nos chegam. Justas eram as razões que apresentamos, justo era o pedido, em vista dos investimentos no setor ferroviário que o Paraná fez para ampliar a sua malha e considerando principalmente os investimentos do Governo Federal, que por si só respaldam ainda mais a nossa tese de retorno.

Ganhamos a permanência do Museu, cujo acervo foi untado de suor de nossa gente, traduz parte de nossa história econômica e, por não dizer, de sangue de nossos heróis de Cerco da Lapa.

Continua nossa luta em prol da 11ª Regional da Rede. cremos que com os esforços do Governo Estadual e com o apoio dos representantes do Paraná na Câmara Federal, conseguiremos mais este feito.

Estas as razões que me levam a pedir a transcrição nos Anais, da primeira vitória conquistada, bem assim da repercussão que esta Assembléia conseguiu através da voz dos representantes dos dois partidos".

Neste particular, a "Gazeta do Povo", prestigioso jornal de nossa terra, os nossos cumprimentos pela oportunidade desse artigo, na edição de ontem, e para o qual solicitamos a sua transcrição para conhecimento de todos os paranaenses.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quarto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna, neste Pequeno Expediente de hoje.

Primeiramente, creio que também em nome da Arena, queremos prestar o nosso testemunho, o testemunho dos homens públicos do Estado do Paraná, no que se refere a uma atitude tomada por S. Exa. o Sr. Presidente da República, através do Sr. Ministro das Relações Exteriores, assinatura de um convênio em termos de armamentos nucleares com a Alemanha Ocidental.

De ponto, a nossa nação amiga, os Estados Unidos, através de seus representantes, condenando a atitude da Alemanha Ocidental.

E nós que participamos da administração deste Governo, queremos, de público, testemunhar a nossa satisfação pela atitude do Sr. Presidente Ernesto Geisel pela assinatura desse convênio que tem o total respaldo dos homens que integram a bancada do MDB, com assento nesta Casa, pois é uma demonstração mundial de que o Brasil, realmente, caminha a passos de gigante, para sua independência sócio-econômica e também política. Dando ao mundo uma demonstração de que brasileiros, temos, acima de tudo e de qualquer outra virtude, a virtude e o desejo de independência em todos os sentidos.

Porisso, data vênica, peço aos ilustres deputados da Arena que, neste nosso pronunciamento fosse incluída a sua bancada, para que disséssemos ao Governo brasileiro que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dá seu total apoio e respaldo político à atitude do Governo brasileiro.

Mas, o outro assunto que nos traz à tribuna, é com referência ao FUNRESPOL, taxa instituída em todo o território paranaense.

Temos o testemunho de várias delegacias do Estado que, para sobreviverem têm que apelar para diversos meios, para cobrirem as despesas com zeladoras, com lavagem de veículos policiais, enfim, têm que fazer uma verdadeira "caixinha" dentro das delegacias.

E estamos entrando, no dia de hoje, com um pedido ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Segurança

Pública, para que se deixasse em cada delegacia do interior o correspondente a dez por cento do FUNRESPOL, arrecadado nessa delegacia, a fim de impedir que rifas e outros emolumentos corram por essas delegacias.

Queria solicitar que esse nosso pedido fosse referendado por este plenário, pedido que não é de nossa delegacia de Ponta Grossa, mas é de todas as delegacias do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, quinto orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vendo a preocupação dos serventuários da Justiça de nosso Estado, procurei entrar em entendimentos com alguns serventuários que tinham em seu poder um livro e outros documentos da Associação dos Serventuários para reorganização da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná. Quando entrei em entendimento com o Tribunal de Justiça, fui procurado pelo representante da Associação dos Serventuários da Justiça do Vale do Ivaí fazendo reivindicações em nome da classe. Depois de vários entendimentos, venho, hoje, trazer ao conhecimento desta Casa a preocupação dos serventuários, (lendo): "a classe dos Serventuários da Justiça, no que diz respeito à legislação que a regula, vibra agora em ver brotar no seu meio uma semente sã, que, por certo, regada virá transformar-se numa árvore de fortes raízes. Trata-se da Associação dos Serventuários da Justiça "Vale do Ivaí" com sede atual na comarca de Engenheiro Beltrão.

Constitui-se o serventuário num dos baluartes do nosso organismo jurídico. Tem dentre outros, o ônus de dar bom andamento ao processamento das demandas, fiscalizar a observância da lei, fazer com se dispa de vícios o ato jurídico, zelar pela sua eficácia, garantindo assim a exatidão dos documentos, que hoje, são o alicerce de todas as negociações, evitando assim que os membros da nossa comunidade fiquem à mercê da desonestidade mercantilista.

Faz ele as vezes de um conselheiro, orientador e de homem que esclarece a problemática do documento, principalmente aqueles menos cultos, ou de poucos recursos econômicos.

Para tudo isso precisa, como pressuposto básico ao exercício da profissão, profundos conhecimentos da nossa Constituição, Código Civil, Comercial e da Organização judiciária, Estatuto da Terra, Lei dos Registros Públicos, muitas portarias, provimentos etc.

Entretanto, encontram-se os integrantes da classe, hoje em dia, tolhidos do exercício de um dos mais nobres direitos, o de crescer profissionalmente, e o de garantir um final de vida condizente com o seu "status"; razão pelo qual, através da Associação dos Serventuários da Justiça "Vale do Ivaí", vem apresentar as seguintes reivindicações."

Srs. Deputados, dado o tempo esgotado vejo quase que impraticável levar ao conhecimento da Casa as reivindicações dos Serventuários da Justiça. Estou inscrito para o Grande Expediente e, se houver oportunidade, trarei o pensamento dos Serventuários da Justiça. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. –

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo, sexto orador inscrito.

O SR. PAULO CAMARGO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou na tribuna neste momento para ler o seguinte requerimento: (L.E.).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Sessão de hoje

de um voto de louvor dos trabalhos do I Encontro Nacional sobre Proteção do Meio-Ambiente, que se realizam em Brasília - DF.

Hoje, quando se comemora o Dia Mundial do Meio-Ambiente prossegue em Brasília, sob os auspícios da Secretaria Especial do Meio-Ambiente (SEMA), o I Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio-Ambiente, reunindo especialistas brasileiros e estrangeiros, na tentativa de atingir um conselho nacional sobre os índices máximos permissíveis de poluição.

Criada há cerca de um ano e meio a SEMA não teve condições imediatas de conter a deterioração ambiental, que avança em várias partes do País, especialmente nas áreas metropolitanas, e de recuperar os elementos já então poluídos, como rios, lagos, praias, solos e atmosfera. O professor Nogueira Netto, Secretário do Órgão, ao mesmo tempo que estruturava a instituição, cuidava da importante tarefa de recolher toda uma legislação esparsa, iniciando contatos com repartições federais e estaduais que cuidavam do assunto.

Estando agora com a "casa arrumada" o professor parte para a consolidação da Secretaria, procurando, através da opinião de técnicos e especialistas, um definitivo programa de ação da SEMA, amparado numa legislação de caráter, esperanos, nacional.

Neste dia 5 de junho dedicado mundialmente a proteção dos bens naturais, nada mais justo do que aqui registrar um voto de louvor aos trabalhos do I Encontro Nacional Sobre Proteção e Melhoria do Meio-Ambiente, sob o comando do Professor Nogueira Netto e da Secretaria Especial do Meio-Ambiente (SEMA), que, em Brasília, promovem temas visando soluções vitais do desenvolvimento nacional e ao bem-estar humano.

O signatário requer, outrossim, uma vez provado o presente, do fato seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Prof. Nogueira Netto, Secretário Especial do Meio-Ambiente, em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) PAULO CAMARGO".

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, esta Presidência quer anunciar e agradecer a presença do ex-Deputado Estadual Erondy Silvério e do Vereador de Capitão Leônidas Marques, Waldemar Santos.

Tem a palavra o Sr. Ezequias Losso, sétimo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em prosseguimento do terceiro Curso Básico de Formação Política, patrocinado pelo Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, do qual temos a honra de ser secretário, tivemos ontem a brilhante conferência do jornalista e advogado Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da "Gazeta do Povo", do "Diário da Tarde", do Canal 12 e ainda da TV-Cultura de Maringá, em fase de implantação discorrendo sobre a importância da imprensa na política atual; analisou ele, com notável erudição, os importantes itens. A imprensa e A Constituição os Governos de Força e a Imprensa, A Comunicação de Massa A Imprensa e a Responsabilidade, A Imprensa Escrita, Rádio e Televisão e, A Imprensa do Paraná.

Os conceitos que emitiu e as informações que trouxe aos 83 participantes da promoção partidária foram deveras oportunos e valiosos. Do item Imprensa do Paraná merece especial destaque a sua afirmação de que os jornais paranaenses sempre abertos ao debate e ao noticiário, vêm realizando mais de quarenta por cento de seu espaço, à política, como atividade nobre que precisa e deve ter seus atos divulgados, até mesmo como uma prestação de contas indispensável ao nosso povo, hoje altamente politizado e sedento de informações sobre os

destinos da coisa pública e a atividade de seus representantes.

Outra eminente personalidade do mundo das comunicações, o ex-Governador Paulo Pimentel, presidente de vasta cadeia de jornais, televisões e estações de rádio entre as quais "O ESTADO DO PARANÁ", a TV IGUAÇU CANAL 4, a TV TIBAGI CANAL 11, estará presente na sede do Diretório Nacional da ARENA, para dizer sobre o papel do líder político em nossos dias.

O III Curso de Formação Política que contou também com a participação dos conferencistas professor Carlos Alberto Algaia e o publicitário Raphael de Lala, será encerrado amanhã pelo culto Governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves.

Estendemos, nesta oportunidade, especial convite aos nobres pares desta augusta Casa de Leis para estes dois encontros que trarão, indiscutivelmente...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica o nobre orador, que seu tempo está esgotado. Resta-lhe apenas 1 minuto.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Já concluirei, Sr. Presidente.

Como dizíamos, para estes dois acontecimentos que trarão, indiscutivelmente, valiosas contribuições a todos aqueles que comparecerem.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao nono orador inscrito, Sr. Deputado João Cioni Netto.

O SR. CIONI NETO - Sr. Presidente - Srs. Deputados.

Neste momento levantamos a nossa voz em prol de um órgão considerado por mim o mais importante em nosso Estado, o qual seja, a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Para relevar a importância do trabalho do responsável por este setor, lembramos neste momento os nomes dos grandes brasileiros, dos ilustres brasileiros que surgiram na História do nosso País e que dedicaram toda a sua vida em prol da medicina preventiva. Citamos como exemplo o nome de Carlos Chaves, Osvaldo Cruz e outros que, através de suas ideias e sua dedicação, pouparam e salvaram muitas vezes a nossa gente de grandes males. Sabemos nós as condições reais da saúde do nosso povo paranaense, principalmente do interior, por isto falta de esclarecimentos por parte da grande população de nosso Estado. A minha região, por exemplo, na zona rural, a averminose atinge o assustador índice de 100 por cento além de outros índices que têm aplicado nos braços das mães as vidas daqueles que são caros: os próprios filhos.

Através de seu dinamismo, Arnaldo Faivro Busato, deslocou parte da sua secretaria para o interior do Estado, onde, num contato direto com os prefeitos e outros líderes das comunidades, conscientizou-se dos graves problemas da Saúde Pública, e conviou-os a unir esforços à Secretaria para sanar os problemas citados. Nós sabemos que os altos propósitos que norteiam o atual trabalho do Dr. Arnaldo Faivro Busato e reduzir ao menor índice possível, ou até mesmo eliminar por completo os problemas de ordem sanitária, que tantos sofrimentos e tantas dores, tantas lágrimas têm trazido ao nosso povo.

Não que estamos certos que com esse trabalho, com esse dinamismo que partem daquele amigo de todos nós, Dr. Arnaldo Busato fará com que os gemidos de dor de uma criança sofrendo os tormentos de uma doença, sejam substituídos pelos gritos de alegria no seu campo de recreação e que as lágrimas derramadas pelas mães sejam substituídas por um sorriso em seus lábios.

Parabéns, Dr. Arnaldo Faivro Busato. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao décimo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "A iniciativa pioneira da administração estadual

do Paraná em instituir um corpo de consultores que doravante será chamado a participar das decisões que afetam os interesses do funcionalismo deve ser saudade aqui como mais um passo do Governo no sentido de aperfeiçoar sua estrutura, a partir do elemento mais importante de qualquer empresa - a pessoa humana.

De fato, a criação, na Secretaria dos Recursos Humanos, do Conselho Consultivo de Pessoal, demonstra a preocupação governamental em oferecer uma atenção especial à condição dessa figura tantas vezes negligenciada que é o servidor público.

A partir de agora, a classe terá a oportunidade de pronunciar-se também antes de adotadas as medidas relativas ao pessoal civil do Governo do Estado, não ficando apenas como paciente de fatos consumados.

E, ao reconhecer mais uma vez a necessidade dessa participação a própria administração se beneficia pelos resultados, de um constante desenvolvimento da qualidade dos que a servem. Ao chegar mais próximo de si a classe dos que lhe garantem o funcionamento, mais condições tem o Governo de avaliar a capacidade do serviço de seu quadro.

O Conselho Consultivo de Pessoal se excluiu seu presidente, que é o Secretário de Recursos Humanos, terá metade de sua composição formada por representantes verdadeiros do funcionalismo estadual, pois serão dois membros indicados pela própria Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

A propósito deste mesmo nível de desempenho do serviço público é igualmente meritória a disposição do Governador Jayme Canet Junior, anunciada pelo Secretário Gastão de Abreu Pires, dos Recursos Humanos, de dentro em breve, implantar no âmbito da administração de pessoal o Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Esse instituto, cuja criação é parte do projeto de modernização administrativa do Governo do Paraná, ora em execução deverá ser o instrumento pelo qual o Estado passará a formar um novo contingente de funcionários altamente preparados para as funções que essa própria modernização está a exigir.

Assim, portanto, é extremamente promissora essa nova atitude de nosso Governo. São esforços dessa natureza que animam a expectativa de que venhamos a ter no Paraná uma perfeita integração no trabalho de desenvolvimento, a partir do entendimento honesto dentro das próprias esferas governamentais, entre dirigentes e executores".

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito no Grande Expediente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Repisar temas pode ser cansativo; retornar a assuntos discutidos e ventilados transforma-se em obrigação quando se verifica que o objetivo dos argumentos não lograram alcançar concretização das medidas sugeridas ou reclamadas. Retorno a um "tema" abordado várias vezes da tribuna desta Assembléia Legislativa - o drama do cancro cítrico.

Trago para o debate porque considero primeiramente um um setor importante sob o aspecto social e não menos significativo para a nossa economia, especialmente em fase em que se debate a diversificação na atividade agrícola. Retorno com ele à ordem do dia, porque os pronunciamentos anteriores somente encontraram eco no concerne à transferência para a solução do problema a nível do Governo Estadual.

Volto a tecer considerações porque o Governo do Estado a cuja frente está o Sr. Jayme Canet Junior, homem de origem interiorana e conhecedor profundo dos problemas, bem como da capacidade de nossa agricultura, coloca ênfase especial no setor de maior importância econômica e social do Estado - a riqueza de nossas terras. Anima-me também, sobremaneira, a larga experiência e a dedicação às coisas da agricultura, tantas vezes manifestada pelo Exmo. Sr. Secretário Dr. Paulo Carnei-

ro Ribeiro, em quem depositamos nossa confiança e a esperança às soluções dos reclamos mais justos do Paraná.

HISTÓRICO.

Creio que o problema é sobejamente conhecido. Creio que os representantes do Norte do Estado nesta Assembléia defrontaram-se com ele, todavia, com o intuito de reavivar os fatos, passo a relatar alguns dados suscitantemente, pretendendo não ser maçante e inoportuno.

1) A causa da doença é uma bactéria que ataca todas as variedades cítricas.

No Brasil, surgiu em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, em 1957, alastrando-se por todo São Paulo e se estendeu para o Sul do Mato Grosso e o Norte do Paraná, inicialmente;

2) A doença debilita a planta, até a sua morte; causa lesões nos frutos que depreciam seu valor comercial e diminui a produção;

3) A doença é altamente contagiosa. Cada irradiação da bactéria e pode ser transmitida quer pela planta, pela muda, pelo fruto, pelo homem, pelos instrumentos no seu cultivo, pelos meios de transporte, pela chuva e até mesmo pelo vento;

4) A principal consequência disso é a impossibilidade de ser organizada um citricultura, ocasionando grave prejuízo para a economia.

Por essa razão, os países afetados por esse mal não podem exportar os seus produtos, uma vez que, países consumidores e importadores as rejeitam;

O Governo Federal sentiu a dimensão do problema. A Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico no Paraná, teve o seu início em 1963, portanto há 12 anos, tanto como responsável por sua execução o Ministério da Agricultura, que, segundo as informações obtidas de fontes oficiais, ficou evidenciado, o malogro dessa campanha, senão vejamos:

a) METAS ATINGIDAS. No Paraná, a região interdita de 181 municípios, verificou-se a situação.

LEVANTAMENTO:

Número de municípios levantados	131
Número de municípios a levantar	50
Número de propriedades levantadas	236.837
Número de propriedades contaminadas	11.793
Número de plantas levantadas	2.664.635
Número de plantas contaminadas	1.632.432

ERRADICAÇÃO:

Número de municípios erradicados	81
Número de municípios a erradicar	45
Número de propriedades erradicadas	48.308
Número de plantas erradicadas	3.594.279
Número de plantas a erradicar	4.500.000

REVISÃO DE REBROTA:

Número de municípios com 1ª revisão	11
Número de municípios a revisar	108
Número de propriedades rebrotadas	26.157
Número de propriedades a rebrotar	96.308

REINSPEÇÃO:

Municípios reinspecionados	46
Municípios a reinspecionar	135

Pelos números acima, ficou evidenciada a incapacidade e a impossibilidade dessa Campanha ser levada a efeito diretamente pelo Ministério da Agricultura. É simplesmente calamitosa a situação registrada, verificando-se que decorridos dez anos, a campanha perdia-se por falta de recursos financeiros e técnicos, advindo naturalmente a desconfiança geral dos citricultores. Tanto assim, que o próprio Ministério, pela portaria 08, de 12

de janeiro de 1972, interditava mais de 180 municípios paraenses (e grande parte do Estado de Mato Grosso), celebrava, para felicidade nossa, em 27 de setembro de 1973, convênio com a Secretaria de Agricultura do Paraná, transferindo-lhe a responsabilidade da execução dos serviços de erradicação propondo-se no mesmo documento a injetar recursos financeiros, numa demonstração mais do que evidente que os Estados contaminados deviam assumir efetivamente a execução daqueles homens, nunca o Ministério diretamente, conforme pronunciamentos que fizemos reiteradas vezes desta tribuna. Admitida ainda pelo Governo Federal, a gravidade do assunto é do fato em tela, talvez por considerar que nos Estados de São Paulo e Mato Grosso, onde oficialmente se reconheceu a existência do mesmo mal, e da mesma forma que o Paraná, a Campanha de erradicação não ter alcançado os seus objetivos, foi instituída pelo Decreto nº 75.061 de 09 de dezembro de 1974 – a CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO (CANECC) –, de cujo diploma ressalto artigos que evidenciam a disposição de propósito do Governo Federal em levar a bom termo a extirpação dessa doença”.

O SR. ANTONIO FACCI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com satisfação vejo V. Exa. na tribuna reivindicando urgência e maior dinamismo da erradicação do cancro cítrico do Paraná. Estávamos, inclusive, preparando um pronunciamento no mesmo sentido, porque sabe V. Exa. que é dos mais graves o problema. Há muitos anos estamos observando em toda região do Norte do Estado, se erradicar indevidamente, inclusive, o que se faz numa propriedade deixa de fazê-lo em outra. E alguns proprietários, hoje, com as dificuldades que têm as pequenas propriedades, vendem o produto à beira das estradas e, muitas vezes o Governo tira de circulação esse produto. Observamos na rodovia que liga Maringá a Londrina, há poucos dias, numa viagem que fizemos a Maringá, uma cena desagradável: Fiscais parados ao lado dos vendedores de laranja, produto do Paraná, examinando todas as caixas e jogando fora as laranjas para que não pudessem ser vendidas. Veja, Sr. Deputado que se a campanha de erradicação do cancro cítrico continuar no ritmo em que está sendo feito, nós vamos passar mais 20 anos pedindo, solicitando e nada vai acontecer.

A luta de V. Exa., o seu pronunciamento nesta oportunidade, como disse, já feito anteriormente em outra Legislatura é, de fato, válida, necessária.

É preciso que todos os Srs. Deputados se conscientizem dos interesses do Paraná, dos interesses dos produtores do Paraná que estão em jogo, porque nós consumimos milhares de caixas de laranja, especificamente, por dia. Trarei nos próximos dias a esta Casa o número exato de produção de São Paulo que vem para cá, de outros Estados que nós consumimos; por que não produzir aqui em nosso Estado? Apenas porque não interessa aos órgãos competentes erradicar de uma vez. Segundo as informações técnicas que já obtivemos as nossas terras são as mais propícias a esta cultura. Estamos, de fato, atrasando e perdendo dinheiro para o Estado quando falamos em venda possível de nova produção. Está nosso povo ficando com suas pequenas propriedades – mais um dado que trarei futuramente, porque podem as pequenas propriedades do Norte do Estado sobreviver plantando este novo tipo de cultura e não apenas com a mecanização que está afastando o nosso homem do campo e transformando os pequenos proprietários em “bóias-frias”. Meus parabéns pelo sua iniciativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Agradeço o aparte do nobre

Deputado Facci, representante da grande Maringá. Em seu aparte deixa evidenciado o conhecimento que tem, que não é surpresa nenhuma, e que conhece o estado de abandono em que se encontram os nossos pomares, principalmente no Norte todo ele interditado pelo Governo Federal. Lá não se

pode plantar e não se podia e nem se devia comercializar o fruto, como disse V. Exa., à beira das estradas para que não fossem transportados frutos produzidos em Maringá ou em municípios onde esses frutos são produzidos porque a erradicação ainda não chegou até eles, para Nova Esperança, Paranavaí, Marialva, Colorado e outros municípios.

Daí veja V. Exa. e os prezados demais Srs. Deputados a importância econômica-social. O Governo agora numa iniciativa urgente e imediata deve tomar as providências que forem possíveis.

Referia-me à instituição da campanha nacional de erradicação cancro cítrico em 1974 pelo Ministério. Ressalto aqui dois ou três artigos do Decreto 71/61 para que nós Deputados entendamos que se tornou mais fácil agora que a campanha é da responsabilidade do Governo do Estado ao contrário do que se fazia antes.

“Art. 2º – A campanha nacional de erradicação do cancro cítrico terá por finalidade traçar normas da política de pesquisa e de combate, assim como estabelecer medidas de caráter técnico e administrativo necessárias à implantação e desenvolvimento nos Estados da Federação contaminados ou suspeitos de contaminação pela doença denominada cancro cítrico e que atacam plantas do gênero cítrico e outras afins objetivando erradicar do território nacional.

Art. 6º – A campanha atuará em íntimo entrosamento com os diversos órgãos oficiais e federais e estabelecerá convênios para a execução com as Secretarias de Agricultura dos Estados contaminados ou suspeitos de contaminação”.

Art. 8º – Os Governos dos Estados contaminados ou suspeitos de contaminação, poderão expedir os atos complementares que se fizerem necessários à institucionalização da CANEC em seu território.

(Daí a importância deste decreto e a razão deste meu pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados).

APRECIACÃO DA CAMPANHA

Não pretendo, como também não é objetivo maior deste pronunciamento, adentrar aos métodos técnicos para a extirpação dos pomares afetados pela doença, sejam eles mecânicos ou químicos. Uma afirmação é todavia indispensável registrar: nenhum recurso defensivo, preventivo ou curativo mostrou-se eficiente, senão pela total erradicação das árvores contaminadas para, posteriormente proceder-se a formação de novos pomares.

A campanha, por falta de recurso, ou talvez por falta de experiência, desde seu início cometeu certos erros fundamentais. O Governo avocou a si os serviços de execução da eliminação da citricultura condenada. Não convocou os proprietários que em sua maioria são pequenas donos de sítios rurais, para irmanados aos órgãos oficiais e, ainda, numa conjugação de esforços, inclusive com líderes no meio agrícola, pudessem efetuar trabalho de tão alta e relevante importância. Falhou, quando pretendeu praticamente sozinho o Ministério da Agricultura realizar trabalho e serviço de tamanha proporção.

É verdade que muitos pomares foram eliminados. Contudo, faltou, a meu ver, uma complementação fundamental, qual seja a fiscalização da rebrota e o impedimento por determinado período para que não fossem plantados na área condenada, novos pés de citrus. Não houve uma obra racional e ordenada, pois na mesma região, houve municípios em que se procedeu o corte e queima das árvores, ao passo que no vizinho continuaram a existir pomares condenados.

Estamos diante de uma nova realidade. Não há ninguém, no meu entendimento, em condições de afirmar quanto à permanência dos números fornecidos pelo Ministério da Agricultura, sejam válidos no que se refere ao quadro estatístico já pronunciado”.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V.Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Nobre Deputado Basílio Zanusso, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que traz a esta Casa, pronunciamento este que merece todo o nosso respeito e o qual estamos acompanhando com bastante atenção.

Tivemos oportunidade de acompanhar o trabalho de V. Exa. e já dialogamos sobre este mesmo assunto, na legislatura passada e bem sabemos da preocupação que V. Exa. tem tido neste setor, dos prejuízos que têm sido causados com a maneira indiscriminada com que foi feita a erradicação do cancro cítrico, erradicando-se pomares cujos vizinhos não o haviam feito, com a exigência de um determinado tempo para se poder plantar, não se sabendo quando se iniciar o plantio, porque o seu pomar sem erradicação, e que o será quem sabe daqui a 2 ou 3 anos.

Dai a nossa preocupação e, com isto, o Paraná vem perdendo a sua fonte de divisas, seria bom por exemplo, que o nosso produtor da região Norte pudesse também competir na venda do seu produto.

É preciso que se aplique melhor estes recursos, dando melhores condições a um Estado, em convênio. Não em convênio como foi feito no ano retrasado, mas, em convênio com o município, com a Secretaria de Agricultura, para dar possibilidade ao Paraná de combater este mal, mas sem prejuízos aos nossos produtores do Paraná.

V. Exa. está de parabéns, merece todo o apoio, de nossa parte, o pronunciamento que V. Exa. traz nesta tarde, a esta Casa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Obrigado. Agradeço o aparte de

V. Exa. com quem, na Legislatura passada, tivemos a oportunidade de discorrer sobre o mesmo assunto. Naquela ocasião e lembra o Deputado Gilberto Carvalho a campanha a ainda era promovida, a erradicação que era exercida pelo Ministério, que nós discordávamos, achávamos que tínhamos que conseguir, a Assembléia conseguiu a manifestação do Estado, porque o Ministério seria impossível, como demonstrou nos tais exames, ser incapaz de eliminar o surto no Paraná. Na verdade V. Exa. diz bem quando fala que estamos impedidos de produzir e com isto obrigados a comprar laranja, limão, mexerica no Estado de S. Paulo se nós temos as melhores terras, os melhores climas para produzir os frutos do País. Agradeço o aparte de V. Exa., muito oportuno. Continuando: (Lê)

“Entre os sitiantes que, com pequenos pomares familiares ou semi-comerciais estão numa situação complicada. Onde existiu a erradicação, em alguns casos há mais de 10 anos, não se sabe ao certo quando chegará a autorização para a plantação de novos pomares. Nos municípios onde o corte não chegou aos seus pomares, mas, interditados por força da Portaria N. 08 de 12 de janeiro de 1972, não se sabe quando terão seus pomares cortados, e tampouco quando voltarão ao replantio dos citrus. Como não é menor a incerteza e dúvida nas áreas declaradas como suspeitas de contaminação.

A indefinição da atuação governamental é talvez a pior das atitudes que possa existir. Hoje, na região do Norte do Estado creio ser esta a realidade. Ninguém tem condições de informar nada a ninguém. Sabe-se da determinação de se erradicar o cancro cítrico, todavia, não se sabe até quando e em que modo vai se processar a execução da campanha. Verifiquei pessoalmente enquanto alguns aguardam, outros ficam indiferentes, outros zelam pelo fortalecimento das rebrotas e alguns chegam a plantar mudas, desconhecendo totalmente a contaminação das árvores e do solo.

A situação, portanto, quer parecer-me pior do que estava no início do combate à doença. Aliás, esse ponto de vista não é só meu, técnicos da Secretaria da Agricultura partilham da mesma opinião. Permito-me citar algumas considerações emitidas

em trabalho técnico, elogiável, que tenho em mãos: – Alguns aspectos, do quadro atual: –

– Novos focos da doença surgem constantemente e em algumas fases do ciclo da planta torna-se mais difícil de ser detectado o foco por problemas de visualização, donde se conclui, que as quatro fases da erradicação, ou sejam, inspeção de plantas, erradicação, revisão de rebrota e reinspeção devem ser mantidas devidamente sequenciadas, sem sofrer solução de continuidade;

Grande percentagem das plantas após cortadas, rebrotam e grande número de plantas surgem após a erradicação, originárias de sementeiras, o que deve determinar uma vigilância constante de áreas trabalhadas após a erradicação;

Não existe nenhuma fiscalização e controle ao comércio e ao trânsito de citros de dentro e para fora da região interdita, tendo como consequência a inutilização de muitos esforços até hoje destinados ao controle da doença.

Se as medidas concretas e objetivas não forem tomadas esta ascensão geométrica continuará ao ponto de não poder mais realizar o controle da doença e não poder ter mais no Estado e talvez no País, em poucos anos uma triticultura nacional, que em outras condições poderia ser a primeira do mundo, pelas condições de clima e solo que lhe são oferecidas.

Caracterizado está que os principais pontos de estrangulamento no controle de combate ao cancro cítrico, foram:

- a) Recursos financeiros insuficientes e aplicados em descontinuidade;
- b) Falta de uma fiscalização centro da região interdita e em seus limites;
- c) Falta de uma ação devidamente sequenciada nas diversas fases de trabalho, principalmente nas inspeções e reinspeções das áreas já trabalhadas.

Não há dúvida que a situação é de real preocupação, porém, par que as minhas palavras de críticas, as quais considero de colaboração ao governo que nutre as mais promissoras esperanças em seus pronunciamentos relativos à agricultura, e que o homem do campo vê reanimadas suas expectativas tantas vezes saldadas, venho propor as seguintes medidas:–

- 1– Urgente definição da área a ser trabalhada, fixando-se os prazos de erradicação e do replantio de novos pomares.
- 2– Atendimento, com prioridade, nos municípios que tiverem seus pomares erradicados há alguns anos, com as medidas que se fizerem necessárias;
- 3– Convocação geral dos prefeitos, vereadores, sindicatos, patronais, sindicatos dos trabalhadores, clubes de serviço, entidades religiosas e se incorporarem na campanha.”

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Ouçó e procuro acompanhar o raciocínio de V. Exa., mas afora, o que traz V. Exa. no script que nos narra, quem sabe talvez para um melhor atendimento dessa Assembléia, pudesse o eminente Deputado concluir por uma posição prática e objetivarmos o esquivamento desta questão. É isso gostaríamos de ouvir de V. Exa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Nobre Deputado Enéas Faria,

talvez por ter sido o meu pronunciamento para V. Exa. um pouco, e não ter se atido V. Exa. às minhas palavras, talvez não possa ter ouvido com precisão, queira desculpar, esse é o meu entendimento. Porque aqui finalizando ou volto por solicitação de V. Exa. a repetir o que nós estamos propondo. O motivo da nossa presença aqui não é um outro, não esse de que se ponha um fim a isso. Ou nós vamos erradicar os pomares que temos no Paraná, contaminados, doentes, no Norte ameaçando todo o Sul, ou vamos conviver com o cancro cítrico.

Outros países da Ásia fazem assim, não erradicam seus pomares. E no meu entendimento, o melhor ainda para este País, seja o de combater agora porque nós temos apenas cancro

crítico que também é do meu conhecimento apenas, no Estado de S. Paulo, no Sul de Mato Grosso e no Norte do Paraná, e nós temos este imenso País a produzir laranja, limão para o mundo inteiro, convém ainda, no meu entendimento, que medidas urgentes sejam postas em execução agora, de imediato, impedindo que se dissemine esta praga para o resto do Brasil. E nós estamos aqui para isso. Se V. Exa. quiser ouvir-me, passo a discorrer.

O SR. ENÉAS FARIA – Nobre Deputado, gostaria de considerar um aspecto.

Não sei, porque me faltam os dados, e é V. Exa. que tem os elementos porque traz por escrito. Não sei na efetividade, a que ponto chega a gravidade da questão no Paraná. Não sei a que índice nós estamos sujeitos a este problema. Mas sei, por outro lado, que interesses muito grandes subjugam o Paraná a esta questão.

É isto que gostaria de saber de V. Exa. que em boa hora traz a questão para nosso conhecimento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Nobre Deputado Enéas Faria, embora não seja eu um parlamentar de tribuna, venho muito pouco a ela, é para mim uma satisfação muito grande nesta oportunidade ser aparteado por V. Exa., deputado brilhante, inteligente, culto, que traz já uma bagagem grande de conhecimento político, parlamentar e tribuno elogiado e admirado. Recebo com satisfação o pedido de aparte de V. Exa.. Agora V. Exa. colocou melhor o aparte, em meu entendimento. Não tenho certeza destes outros interesses possíveis, contrários aos do Paraná. É possível que haja...

O SR. ENÉAS FARIA – Concorde que o Paraná tem sido omissos em resolver o problema?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Viemos à tribuna porque discordamos da maneira como a campanha de combate ao cancro crítico vem se conduzindo no Estado, como discorda também o próprio Ministério que recentemente baixou um decreto institucionalizando a campanha no Brasil.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Logo concederei.

Nobre Deputado Enéas Faria, V. Exa. fala nos interesses de outros Estados, mas não discuti este aspecto com V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA – Não falei em outros Estados. V. Exa. está interpretando melhor o problema.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Como queira pensar V. Exa., o Estado de São Paulo, Rio ou qualquer outro Estado. O que eu acho é que o problema é nosso e quem tem que dar uma solução é o Governo do Paraná, e não sozinho. Tem que convocar prefeitos, líderes do meio rural, vereadores. Precisa de colaboração, porque sozinho não pode resolver.

O SR. ENÉAS FARIA – Indago de V. Exa. se existem alguns que estão cerceando nossos produtores.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – V. Exa. é que afirma.

O SR. ENÉAS FARIA – E V. Exa. concorda e já citou nomes dos Estados produtores. Não fui eu que citei.

Mas se assim o é, se a questão se arrasta há tanto tempo, pergunto a V. Exa. se o pronunciamento que faz é algo elogioso, tenho o prazer de homenagear V. Exa., por trazer, a este plenário, problema de interesse do Estado.

Gostaria de que V. Exa. me dissesse, já que é porta-voz dos poderosos, desta terra, V. Exa. representa o Governo do Estado, gostaria que V. Exa. também dissesse da opinião, da posição deste Governo que se tem mostrado realmente omissos, se tem procurado uma solução definitiva para o problema. Porque, efetivamente, se o índice de contaminação é capaz de impedir o Paraná de produzir tal produto, então, providências imediatas devem ser tomadas.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT – V. Exa. permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Vou responder o aparte do nobre Deputado Enéas Faria, depois concederei aparte ao

nosso ilustre Líder que já me havia solicitado, após o que, concederei a V. Exa.

Devo dizer, nobre Deputado Enéas Faria, que o Governo atual não está omissos à campanha, porque está há apenas dois meses.

O SR. ENÉAS FARIA – Não aceito esse argumento. Porque o Governo que aí está já é governo há um ano.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – É uma questão de matemática, para mim ele está aí há dois meses.

O SR. ENÉAS FARIA – É uma questão de lembrança de data.

Parece que desde que aqui estive o Presidente do Partido de V. Exa., e isso já vão alguns meses, pode-se dizer que, desde o momento em que ele foi indicado, já se pode considerar governo.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência solicita dos Srs. Deputados que evitem diálogos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Obrigado, Srs. Presidente.

Devo dizer ao nobre Deputado Enéas Faria, que o Paraná inteiro deve entrar nessa campanha de erradicação do cancro cítrico.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Inicialmente, nobre Deputado, devo cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento e solicitar a V. Exa. que faça do seu pronunciamento o pronunciamento da Liderança da Arena.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – É um pronunciamento que tese críticas ao Presidente da República e ao Governador do Estado, responsável pelo desenvolvimento de um trabalho afeto ao Governo Central e ao Governo do Estado.

É isto que o Presidente da República quer. É isto que o Governador Jayme Canet deseja: críticas construtivas. Alertas que possam dar um Norte ao Governo, no sentido de que providências sejam tomadas, impedindo prejuízos maiores. E permitindo que esse problema seja, de uma vez por todas, varrido de todo o Estado.

Mas, devo lembrar ao eminente Deputado Enéas Faria

que o Governo não está omissos.

Deputado Basílio Zanusso, reconheço, em V. Exa. uma autoridade no assunto, porque V. Exa. fez – se não me falta a memória – três ou quatro pronunciamentos sobre a matéria, trazendo medidas muito sérias sobre o problema. Tanto que o Governo do Estado acaba de assinar um convênio com o Ministério da Agricultura, quando serão aplicados 30 milhões de cruzeiros, em três anos; doze milhões, na primeira etapa, para erradicação do cancro cítrico.

É verdade, ilustre Deputado, não temos porque esconder, que para o Estado de São Paulo é altamente vantajoso que a campanha de erradicação no Paraná fique no pé em que está. Não continue, não se encerre, porque se V. Exa. visitar nossos super-mercados e as feiras, haverá de verificar a quantidade enorme de frutas cítricas que são postas à venda ao consumidor curitibano e do interior do Estado inteiro, de procedência paulista. E nós paranaenses, que poderíamos explorar essa atividade altamente rentável, estamos ainda a mercê do organismo responsável encerramento da campanha.

O Governo do Estado tem acolhido os diversos pronunciamentos de V. Exa., sempre referendados pela unanimidade da Casa, tanto que S. Exa. não só solicitou como exigiu providências e recursos federais estão sendo repassados para que no Paraná se continue a campanha. Agora, o que precisa ser dito aqui para a classe política, que é a caixa de ressonância da vontade popular, é que nós Deputados devemos sensibilizar a vereadores e toda a coletividade, para que apoie a campanha de erradicação do cancro cítrico. Porque, quantas vezes o funcio-

nário do Ministério da Agricultura ao visitar uma propriedade para erradicar o cancro dos pomares, era ameaçado de morte, tocado da propriedade, porque o proprietário não desejava ver derrubado o seu pé de laranja, mesmo sem ser laranja lima, como dizia o grande escritor brasileiro numa belíssima obra que editou para o deleite dos brasileiros mesmo que esse pé de laranja esteja atacado pelo mal. Porque aquela laranja lhe dá alguns cruzeiros para ajudar a subsistência da família, naquele minifundo, no vale do Rio Chopim, por exemplo, ou nas encostas do Rio Iguaçu.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Prezado Deputado Ivo Thomazoni, não poderia ser outro o aparte de V. Exa. Agradeço a solidariedade e o entendimento de nossa intenção, muito embora pertencendo ao partido situacionista, venho eu aqui tecer críticas ao Governo Federal e também ao Governo do Estado. Nunca fui impedido nem solicitado pelo Sr. Governador atual ou pelos que passaram, durante esses 5 anos que aqui estou nesta Casa, que não viesse à tribuna da Assembléia denunciar irregularidades e solicitar providências por parte do Governo do Estado, em assuntos dessa natureza, em que o Paraná e a economia paranaense e o povo paranaense, estão pagando caro demais.

Por isso, fico muito à vontade de vir aqui e agradeço a V. Exa. ter transferido a este Deputado a representação da bancada nesse pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. ENEAS FARIA – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Lamentavelmente, devo entender grave sofisma o pronunciamento, em aparte, da liderança da ARENA nesta Casa. Na verdade não consubstancia o que aqui ocorreu, embora a inteligência, embora a cultura, e embora o modo inteligente de fazer, mais efetivamente não corresponde a realidade do cotidiano.

Devo concordar que o eminente líder da Arena quando disse que V. Exa. é especialista em problemas do cancro, mas devo discordar quando diz que V. Exa. não é efeito à tribuna. V. Exa. veio demonstrar ser um parlamentar de amplos recursos.

Em todo o caso cabe ficar na raiz do problema que V. Exa. traz à Casa. Quando digo que a liderança sofisma digo que V. Exa. está nesta tribuna simplesmente, tão somente, mas com o brilhantismo que V. Exa. sabe dar, a realizar, a reevocar, a uma vez mais trazer os dados que a Secretaria de Agricultura do Governo tem dado ao Governo do Estado.

Portanto, o Governo do Estado que tem sabido tão rapidamente e com tão fáceis penadas resolver problemas de caráter político tirando diretores de colégios, substituindo delegados e outras coisas até hoje, não soube resolver o problema porque não o quis.

V. Exa. com maestria, V. Exa. com brilhantismo, V. Exa. com a capacidade que tem, na verdade, está hoje, trazendo para todos nós os dados que a própria Secretaria da Agricultura do Governo do Estado já tem fornecido a largos anos e há muito tempo ao próprio Governo do Estado que não quis resolver, até hoje, o problema.

Quicá, com as suas palavras, quicá com o seu problema o Governo do Estado possa adotar uma providência.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – O Deputado Enéas Faria não menos inteligente que o Deputado Ivo Thomazoni, deve ter ouvido e percebido que o Deputado Ivo Thomazoni, mais uma vez, provou ser um homem de largo conhecimento das coisas importantes do Estado do Paraná, tanto é que se referiu a convênio celebrado entre o Estado e o Ministério dizendo até o número, daí discordar de V. Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Agradeço Deputado Basílio Zanusso o aparte que V. Exa. me concede.

Inicialmente queria dizer de minha alegria em vê-lo nesta

tribuna. Ainda ontem dizia que, para surpresa minha, via em V. Exa., um grande tribuno.

Aproveito a ocasião ao ver com que presteza V. Exa. apresenta à Casa informações vindas da Secretaria de Agricultura, para elogiar a Secretaria da Agricultura que é expedita em fornecer aos Srs. Deputados da Arena dados, estatísticas e informações sobre determinadas matérias que lhe são afetas.

Aproveito a oportunidade para formular esta denúncia daqui. No início de abril apresentamos a esta Casa pedido de informação ao Secretário dos Transportes requerendo, solicitando, pedindo dados minuciosos e pormenorizados sobre as estradas paranaenses, sobre os projetos em estudos, em elaborações, sobre as estradas em construção, sobre as concorrências realizadas e também sobre os contratos firmados.

Este pedido foi encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes segundo documento que tenho em nosso poder, fornecido pela primeira Secretaria em 18 de abril deste ano, ofício nº 3001763.

Venceu o prazo para a remessa dessa informação a esta Casa, no dia 18 de maio, há quase 20 dias e até hoje não recebemos estas informações. Poder-se-ia dizer que talvez tivessem vindo à primeira Secretaria e o Sr. primeiro Secretário da Casa não houvessem informado, mas, eu não acredito que a eficiência dos funcionários da primeira Secretaria e o seu digno titular, Deputado Agnaldo Pereira Lima não houvessem informado.

Aproveitamos para dizer daqui, que, se o Sr. Secretário dos Transportes não pode responder este pedido de informações dentro do prazo certo que a lei determina, não teremos razão alguma, para nós do MDB e não somente nós mas a Casa, recebê-lo quando da sua visita já anunciada, a esta Casa.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Serei breve, nobre Deputado, prometo.

Inicialmente, quando me referi a que V. Exa. não comparece à tribuna com mais regularidade, longe de mim a pretensão de afirmar, pelo contrário, reconheço em V. Exa. uma autoridade neste assunto, longe de mim afirmar omissão de V. Exa., apenas, verifiquei que está havendo uma mistura de laranja com limão, nos apartes, principalmente o que foi oferecido pelo nobre Deputado Enéas Faria, foi um pouco azedo, ao mencionar a substituição de diretores de grupos escolares, fugindo completamente ao assunto.

Quanto ao aparte do nobre Deputado Osvaldo Macedo, diria que o Sr. Secretário dos Transportes se dispõe a vir neste plenário e o fará não sei se amanhã, a Presidência poderá informar, para ser arguido pelos SRs. Deputados, para trazer o plano de obras do Governador do Estado, para abrir o diálogo que o MDB tanto quer e que o Governo anseia mais do que o próprio MDB, muito embora a alegação, a acusação de não ter S. Exa. dentro do prazo constitucional, haver respondido os pedidos de informação.

Acontece que, dentro de um prazo de 30 dias não é fácil levantar a situação de todas as estradas do Paraná, porque ali se perguntava qual a situação dos contratos, o andamento das obras, o montante de pagamento, e uma série de informações que requerem inclusive subsídios do Tribunal de Contas, da Secretaria da Fazenda e outros diferentes departamentos, seções de serviços da Secretaria dos Transportes e outros Departamentos.

O SR. TRAJANO BASTOS – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência comunica a V. Exa. que faltam e minutos para encerrar.

O SR. LÁZARO DUMONT – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Os três minutos é só para o som chegar.

Nobre Deputado Basílio Zanusso, inicialmente meus cumprimentos porque este problema é sério e importante para o Estado e V. Exa. está trazendo este assunto para fazer avaliação de que como isto é importante. Basta se sair das grandes cidades, em qualquer cidade do Paraná, por menor que seja, inclusive distritos, encontram-se caixas de frutas não do Paraná. O próprio investimento de 30 milhões que o Secretário da Agricultura vai investir mostra a grandeza deste problema no Paraná e depois de muita luta e vários deputados, entre eles V. Exa. inclusive no ano passado conseguiu trazer a esta Casa o Diretor do Ministério da Agricultura, Sr. João Paulo Moreira, que discorreu sobre toda a problemática no campo citrico do Estado. Depois de muitos anos, a Secretaria da Agricultura conseguiu que o Ministério transferisse a ela os encargos do combate ao campo citrico. Por isso é que o Ministério da Agricultura também arca com a despesa para ajudar, e como o nosso tempo é muito curto, mais uma vez lembro ao Sr. Deputado Basílio Zanusso que V. Exa. traz um assunto que deveria ser trazido com mais frequência a esta Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para um esclarecimento sobre o aparte do Sr. Ivo Thomazoni e chamar a atenção do nobre Deputado Enéas Faria dizendo que ele estava misturando limão com laranja, não acho estranheza porque os dois são cítricos e quando se fala em comandos políticos, dentro do assunto de que se trata o campo é citrico.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Gostaria de referir-me aos apertes oferecidos, nobre Deputado Osvaldo Macedo, mas dada a impossibilidade do tempo, é preciso que eu conclua o discurso e devo dizer que eu gostaria ao invés disto, os deputados se referissem especificamente ao assunto que venho abordando, mas voltando, para concluir, permita-me Sr. Presidente apenas alguns minutos e por solicitação do Deputado Enéas Faria, apenas me referir.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência solicita a V. Exa. que encerre com brevidade o seu pronunciamento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Nós propomos as seguintes medidas:

- 1 - Urgente definição da área a ser trabalhada, fixando-se os prazos da erradicação e do replantio de novos pomares.
- 2 - Atendimento, com prioridade, aos municípios que tiverem seus pomares erradicados há alguns anos, com as medidas que se fizerem necessárias;
- 3 - Convocação geral dos prefeitos, vereadores, sindicatos patronais, sindicatos dos trabalhadores, clubes de serviço, entidades religiosas a se incorporarem na campanha;
- 4 - Desenvolvimento, mediante uma campanha de conscientização geral de publicidade relacionada com a Campanha;
- 5 - Estimular a formação de pomares, com árvores diversas da família dos citros, nas regiões afetadas e para isso, formação de centros de produção de mudas de outras espécies frutíferas, próprias para as regiões.

Ao finalizar o presente pronunciamento, requeiro que seja enviada cópia do mesmo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura para que tomem as medidas cabíveis.

Muito obrigado. (Semrevisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença no plenário do Sr. Rodolfo Purpur, DD. Reitor da Universidade de Maringá. Ao ilustre visitante, os nossos agradecimentos.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução N. 041/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 54/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública com o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução N. 42/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 55/75, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Públicas e os Municípios de Assai, Mandaguaçu e Chopinzinho, objetivando construção de prédios destinados à unidades Sanitárias das sedes dos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 17/75, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Telêmaco Borba, imóvel, onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer. Pareceres favoráveis da C.C.J. - Aprovado, o Substitutivo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei N. 10/75, de autoria do Dep. Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir no Distrito de Santa Felicidade, desta Capital, um prédio em alvenaria, destinado ao funcionamento de cursos de primeiro Grau. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e pelo ARQUIVAMENTO da C.O.P.T.C. - Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 10/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria destinado ao funcionamento de cursos de primeiro grau, parte final (do quinto ao oitavo ano), Distrito de Santa Felicidade, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975

a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

O progressista Distrito de Santa Felicidade, de há muito se ressenete da falta de um estabelecimento de ensino capaz de atender as crianças em idade escolar.

Solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e a consequência digo consequente aprovação deste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 10/75

P A R E C E R

Projeto, que data venia, ensejará a decretação do Veto governamental, por não obedecer a sistemática constitucional vigente.

A edificação de prédio de alvenaria é medida administrativa que fica ao arbitrio e competência, nos termos constitucionais, do Poder Executivo. Sistemáticamente e com razão, tais projetos, tem sido vetados por inconstitucionalidade, razão pela qual o parecer é contrário por ferir dispositivos legais expressos (Art. 25 e 35 da Constituição do Estado).

Pela rejeição, mesmo porque dispõe o nobre Postulante, de outros meios, em fazer chegar sua pretensão ao Chefe do Poder Executivo, medida salutar e do mesmo efeito que se apresenta esta lei.

Leis são criadas para serem executadas. Se tem a Lei o condão de compulsar o Poder Executivo a realizar a obra, não se pode

conceber que não haverá aumento de despesa, valendo dizer, poder-se-ia, com a promulgação da Lei, medidas contra o Executivo pela não execução de Lei sancionada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente
NILSO SGUAREZI – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 10/75

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, visa autorizar o Poder Executivo a construir um prédio para o funcionamento de Curso de primeiro Grau, parte final (do quinto ao oitavo ano), no Distrito de Santa Felicidade, nesta Capital.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando a matéria sob o aspecto constitucional e legal, emitiu parecer contrário.

Quanto ao estudo, sob o ponto de vista financeiro, que compete a esta Comissão, podemos aduzir que afetivamente trata-se de aumento da despesa pública, o que é vedado pela Constituição do Paraná, que no seu art. 35 reza o seguinte: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Nestas condições, nosso parecer é contrário, pela rejeição do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

PROJETO DE LEI N. 10/75

PARECER

Através do presente Projeto de Lei, pretende-se ver o populoso e próspero distrito de Santa Felicidade, espelho vivo do desenvolvimento de um povo trabalhador e honrado, servido com o funcionamento do Curso de Primeiro Grau, em condições ideais, com a construção, pelo Governo do Estado, de um prédio destinado aquele fim.

Entretanto, tivemos conhecimento de que os Governos do Estado e Federal, no sentido de ver concretizada a idéia acima, já destinaram verba para atender as despesas respectivas.

Assim o Projeto em referência, encontra-se prejudicado, razão pela qual, opinamos pelo seu arquivamento.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 20/75, de autoria do Dep. Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo criar na na Cidade de Ivaiporã, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Parceeres favoráveis SEM EFEITO

Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. – Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 20/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade

de IVAIPORÃ, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA

O presente plano de lei visa dotar a cidade de IVAIPORÃ de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Região das mais progressistas do Estado, a medida irá beneficiar, não só a população do referido Município, mas, também, toda a área limítrofe a cidade. Pretendemos, pelo presente Projeto, atender a política da expansão da rede estadual de ensino, não só nos níveis de primeiro e segundo grau, como também na área superior.

Assim sendo, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, para ulterior aprovação pela Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N. 20/75.

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, visa autorizar o Poder Executivo a criar, na cidade de Ivaiporã, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Examinando-se a matéria, deparamos que, embora as intenções do autor do Projeto seja a das mais meritórias e, visem, dentro do espírito do legislador em atender e beneficiar ba habitantes da progressista região de Ivaiporã, tal medida fere os dispositivos constitucionais expressos nos Arts. 25 e 35 da Carta Magna.

Isto exposto, no nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei N. 20/75, por se inconstitucional e, consequentemente opinamos pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente
FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 20/75

O Projeto de Lei nº 20/75, de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Ivaiporã, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sobre a matéria, já houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou contrariamente ao mesmo, argumentando com sua inconstitucionalidade.

Baseados naquela argumentação, embora tenhamos, na qualidade de membro da Comissão de Instrução Pública, a convicção de qual iniciativa é da mais meritória e de alto sentido para o aprimoramento do nível cultural daquela progressista região de nosso Estado, o nosso parecer como não poderia deixar de ser, é contrário ao Projeto.

Isto exposto, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente
JURANDIR MESSIAS – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Fistarol, ocorrido em Coronel Vivida. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Detran, sugerindo seja liberado ao tráfego de veículos o tre-

cho da Avenida Cândido de Abreu, próxima ao Palácio Iguaçu, e que se acha interditado. — **Em discussão.**

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, sugerindo seja estudada a possibilidade de implantar no futebol profissional, os ingressos populares da chamada “geral”. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, lido da tribuna solicitando voto de louvor aos trabalhos do I Encontro Nacional sobre Proteção do Meio-Ambiente, que se realizam em Brasília — DF. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior e a Fundepar, objetivando providências no sentido de que seja autorizada a construção de dois blocos restantes do Instituto de Educação de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinada a elaboração de estudos de viabilidade ou mesmo de retificação da estrada que demanda União da Vitória — Cruz Machado — Foz do Areia, este último local da construção da nova usina que está sendo levada a efeito sob a responsabilidade da Copel. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o artigo sob o título “Regional da Rede tem Demissão”, publicado no jornal “Gazeta do Povo”. — **Aprovado. (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando providências para que sejam reiniciadas as obras da construção do Fórum da Comarca de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de determinar estudos de viabilidade para fixar um percentual de 10 por cento, do total recolhido das taxas do Funrespol em cada Sub-Divisão e Delegacias no Estado, para cobrir as despesas de manutenção das mesmas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja determinada a imediata interdição do prédio de madeira onde se localiza o Grupo Escolar Nilo Peçanha, na Vila Nova, em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao DER, consubstanciado em pedido de informações, referente a legislação que disciplina a instalação de painéis publicitários às margens das rodovias que servem o Paraná. — **Aprovado.**

Esta Presidência apela aos Srs. Deputados que encaminhem os requerimentos com a súmula.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 6, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 5 DE JUNHO DE 1975.

“Regional da Rede tem Demissão”

Continua repercutindo na opinião pública, a criação de uma sede da Regional da RFF, em Curitiba, tendo em vista a importância do sistema viário paranaense, no complexo ferroviário do sul do país. O Paraná possui um grande potencial no setor da economia dos transportes, contando, atualmente, com mais de 3 mil quilômetros de linha férrea, sem contar com a incorporação da Central do Paraná e a construção de vários ramais inclusive o prolongamento do trecho Guarapuava-Foz do Iguaçu que irá servir ao maior complexo hidrelétrico do mundo que será Itaipu. Mesmo assim, a sede continua em Porto Alegre, distante, portanto, a mais de 700 quilômetros de distância, criando, com essa implicação sérios entraves administrativos a Paraná-Santa Catarina. Essa é a opinião dos técnicos em transportes veiculada através da voz de parlamentares no Congresso Nacional, no órgão de representação das classes conservadoras do Estado do Paraná, como força na economia nacional, principalmente, na área da agricultura.

O jornal “O Estado de São Paulo” veiculou ontem, através de sua sucursal em Porto Alegre, a seguinte notícia, em torno do problema da regional em Curitiba:

O Deputado gaúcho Moisés Velasques denunciou ontem, na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, a demissão do superintendente da Rede Ferroviária Federal, Bento José de Lima Neto, como “monstruosidade” e o início de uma manobra visando a transferência de sua sede regional para Curitiba. Velasques afirmou que, ainda no governo de Peracchi Barcellos, quando da criação das superintendências regionais, foi tentada a mesma manobra, mas protestos de parlamentares e do próprio governador com o apoio da opinião pública, impediram que ela se concretizasse. “A sede já estava designada mas não chegou a ser instalada”.

Sexta-feira, o superintendente regional da Rede desempenhou o cargo pela última vez. Apesar da insistência, ele não quis explicar os motivos de sua demissão, apenas se comentava que pressões políticas determinaram seu afastamento. Aparentemente porém, a demissão de Bento José de Lima Neto ocorreu porque ele queria transferir o acervo do museu paranaense da Rede para o Rio Grande do Sul, sem levar em consideração de que já em Curitiba, um prédio tombado onde serão instaladas as velhas locomotivas e outras peças.

O deputado Moisés Velasques explicou ontem o que realmente ocorreu: “Bento José de Lima Neto só queria fazer uma exposição temporária do acervo ferroviário paranaense em espaço do Museu de Artes do Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover a Rede, cuja imagem vem se desgastando junto ao público”. O motivo alegado para a substituição do superintendente — observou Velasques — é simplesmente ridículo.

N.R. — Segundo apurou nosso jornal a instalação da sede da Regional foi em 1971, em Curitiba, sendo seu primeiro superintendente, o engº José Theophilo dos Santos, sendo, posteriormente, transferida, inexplicavelmente, para Porto Alegre. Ainda, a remoção do Museu Ferroviário do Paraná, para o Presidente Castilho”, na capital gaúcha seria em caráter definitivo.

LEI Nº 05/75

DATA: 26 de Junho de 1975.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a “TENDA ESPÍRITA MÃE MARGARIADA”, com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28 § 4º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Tenda Espírita Mãe Margarida, sociedade civil de caráter religioso filantrópico, com sede nesta Capital.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26/06/75.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

PORTARIA Nº 293/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4346/75, deste Poder, de 6 de maio de 1975,

R E S O L V E:

autorizar ELMIRA LUISA BAUER MONTECELLI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis e sessenta e sete por cento de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo Aet. 176, da Lei 6174, de novembro de 1970, a partir de 1º de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 294/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4501/75, de 8 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I – designar IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB junto ao Gabinete do Deputado ENÉAS FARIA, até 31 de dezembro de 1975; e
II – autorizar gratificação correspondente a 16,67 por cento de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º do Art. 176, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1974, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 295/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5193/75, de 30 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a BOGDANO KARPEN, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 292/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5085/75, de 22 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar, as férias concedidas ao funcionário GILBERTO FÉLIX DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 21 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 290/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5076/75, de 22 de maio de 1975, deste Poder

R E S O L V E:

antecipar, as férias concedidas à funcionária INEZ LITZA LESNIEWSKI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 291/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4634/75, de 13 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários: AYRTON PRÉCOMA, ELZA CARNEIRO CAMARGO, FRANCISCO BUBNIAK, IBANEZA MENDES SANTOS, IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, IZAURA BRAVOS, JOSÉ ADER, JOÃO CRUZ, LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, LILIAN MARY REBELLO, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 296/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4068/75, de 29 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I – designar MARISA APARECIDA RIBAS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB junto ao Gabinete do Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, até 31 de dezembro de 1975.

II – autorizar a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a 16,67 por cento sobre seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º do Art. 176, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.